

Capítulo 3

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Austral

Este capítulo aborda as interligações entre crescimento, emprego e desigualdades na região da África Austral (África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe). Analisa os fatores impulsionadores do crescimento e a necessidade de diversificação da economia. O capítulo demonstra, também, os desafios subjacentes à relação entre a falta de empregos de qualidade e as desigualdades na África Austral. A análise salienta a heterogeneidade dos países e os problemas comuns que estes enfrentam.

O capítulo inicia-se com o perfil económico da região. As três secções subsequentes apresentam a evolução do crescimento, do emprego e da pobreza e desigualdade económica na região. Segue-se o debate sobre as relações entre desigualdade, emprego e crescimento económico, sendo as recomendações apresentadas na secção final.

EM SÍNTESE

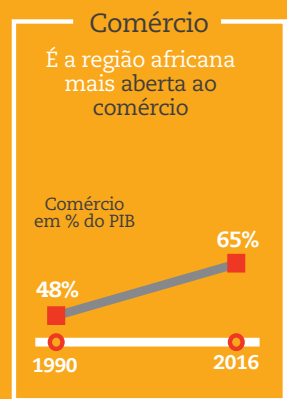
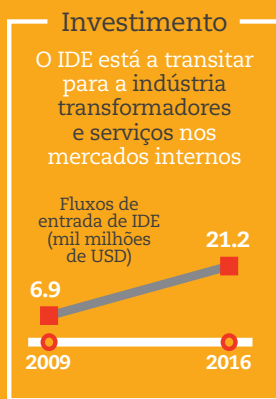
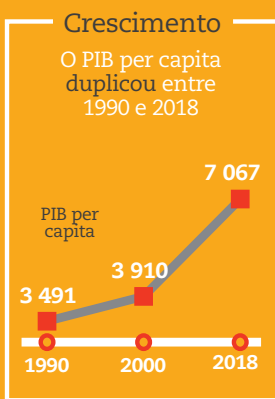
A África Austral tem registado um **crecimento económico** regular desde o ano 2000, mas a sua sustentabilidade continua a ser um desafio. O crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 5.2% por ano, entre 2000 e 2008, mas abrandou para 2.6%, entre 2009 e 2016. A volatilidade dos preços das matérias-primas e o investimento no setor extrativo prejudicaram significativamente este desempenho.

O valor acrescentado da indústria transformadora na região caiu de 18.2% do PIB, no ano 2000, para 12.6% em 2015. Vários países dependem fortemente do setor de mineração que é volátil e cria poucos empregos. Noutros países, predomina a agricultura de subsistência. O IDE na região está, cada vez mais, a transitar para a indústria transformadora e os serviços, de forma a tirar partido do crescimento dos mercados internos. O desafio reside na facilitação de fortes ligações e transferência de conhecimento entre investidores, empresas e fornecedores locais, para melhorar as suas capacidades e criar emprego local.

O **emprego** continua a ser um dos principais desafios na África Austral: estima-se que, entre 2015 e 2030, 1.1 milhões de pessoas entrem anualmente no mercado de trabalho. A fraca criação de emprego, a inadequação de competências e os obstáculos à criação ou ao crescimento de novos negócios têm contribuído para taxas de desemprego entre 15% e 35% nos países membros da SACU. Noutros locais, a maioria dos trabalhadores está em situação de subemprego ou de pobreza, maioritariamente no setor agrícola ou em serviços de baixo valor acrescentado.

A África Austral caracteriza-se por altos níveis de **desigualdade** de rendimentos, situando-se nesta região seis dos dez países no mundo com maior desigualdade. A desigualdade de género continua a ser um obstáculo significativo, embora a África Austral tenha melhor desempenho relativamente a outras regiões africanas. A taxa de desemprego é geralmente maior entre mulheres do que entre homens. Além disso, mesmo entre os jovens a disparidade de género na participação no mercado de trabalho continua a ser elevada. As despesas sociais e o crescimento estável ajudaram a reduzir os níveis de pobreza extrema, mas esta ainda afeta 35.6% da população nesta região. A maioria da população rural ainda não tem acesso a serviços básicos como eletricidade, água e saneamento, o que cria uma grande desigualdade de oportunidades em comparação com a população urbana.

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Austral



Emprego

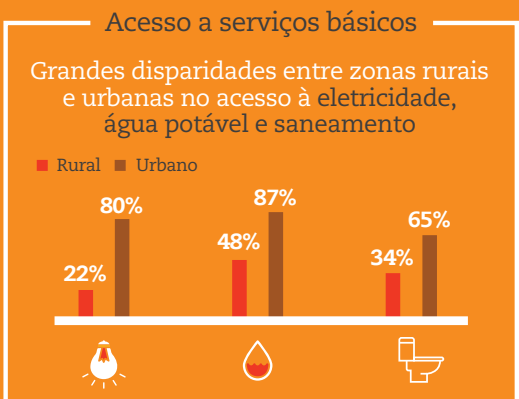
A taxa de desemprego de longo prazo nos países da SACU atinge **15-35%**

devido à fraca criação de emprego, inadequação de competências e entraves ao empreendedorismo

As taxas de desemprego são **mais elevadas** nas mulheres do que nos homens

O emprego continua a ser um dos principais desafios na África Austral

16.5 Milhões de pessoas deverão entrar no mercado de trabalho entre 2015 e 2030



Perfil regional da África Austral

Tabela 3.1. Indicadores básicos para a África Austral, 2017

População (milhares)	176 842
Área (milhares de km²)	5 908
Densidade populacional (habitantes/km²)	30
PIB, em PPC (mil milhões USD)	1 201
PIB per capita, em PPC (USD)	6 939

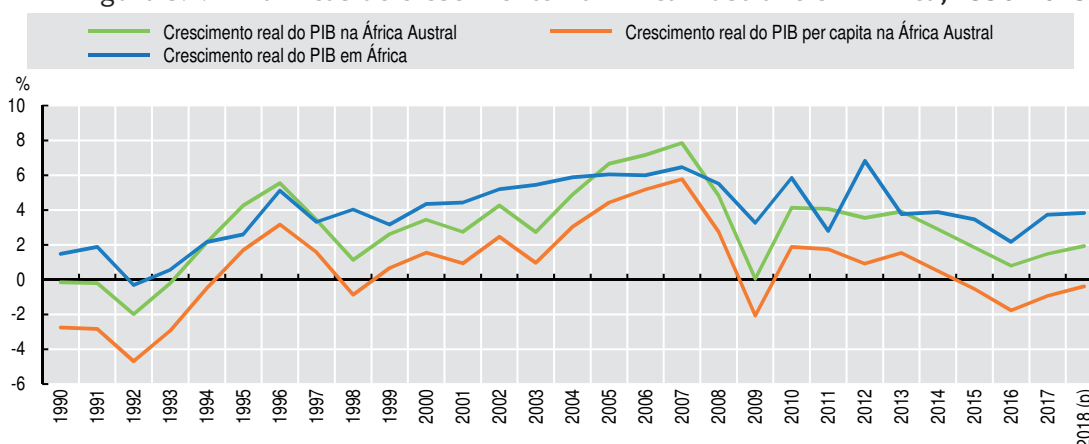
Fonte: Cálculo dos autores, com base em UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados); Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

Tabela 3.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Austral (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	6.9	4.8	5.3	7.2	20.7	23.7	14.0	21.2
		Investimento de carteira	12.7	14.8	16.3	23.1	14.4	15.0	13.0	10.1
		Remessas	1.7	2.0	2.1	2.0	1.8	1.7	1.5	1.3
	Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	6.9	6.6	7.0	7.2	7.8	6.6	6.6	6.3
Total de fluxos externos		28.2	28.3	30.7	39.4	44.7	47.0	35.1	38.9	
Receitas fiscais internas		106.2	135.5	164.1	164.1	156.2	149.0	123.2	107.1	

Fonte: FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Figura 3.1. Dinâmicas de crescimento na África Austral e em África, 1990-2018

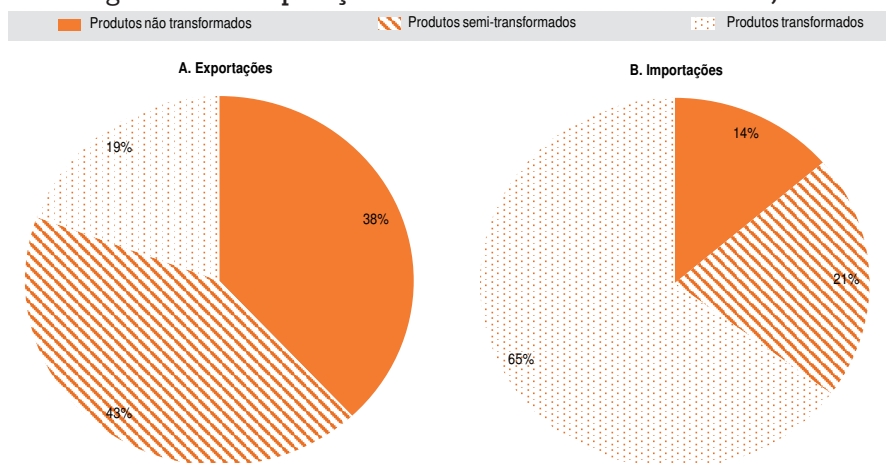


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783000>

Figura 3.2. Composição do comércio na África Austral, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783019>

Segundo o Tratado de Abuja de 1991, da União Africana, a África Austral engloba dez países: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. Em 2017, calculava-se que a população da região atingisse 177 milhões, o que representa cerca de 14% do total do continente africano. Com uma área terrestre de mais de 5.9 milhões de km², a África Austral tem uma densidade populacional de 30 habitantes por quilómetro quadrado, ficando abaixo da média africana de 43 habitantes.

O PIB total da região em paridade do poder de compra (PPC) manteve-se nos 1 201 mil milhões de USD, em 2017, e o PIB per capita atingiu 6 939 USD. A África do Sul representa 64% do PIB regional e desempenha um papel crucial não apenas como fonte de investimento na África Austral, mas também como mercado para outros países na região, especialmente para os membros da União Aduaneira da África Austral (SACU). O seu desempenho económico tem efeitos profundos em toda a região. No período entre 1990 e 2017, o crescimento real do PIB na região foi, em média, de 3.0% por ano, em comparação com 4.2% no continente africano. No mesmo período, o crescimento médio da população foi de 2.2% por ano, pelo que o PIB per capita da região aumentou, em média, 0.7%.

Ao longo das duas últimas décadas, a África Austral tem registado taxas de crescimento razoáveis, mas a região continua a ser uma das mais desiguais do mundo. Em 2016, seis dos dez países no mundo com maior desigualdade de rendimentos situavam-se na África Austral (UNECA, 2017). Embora alguns países tenham registado um decréscimo da desigualdade desde 1990, esta continua a ser extremamente elevada na sua maioria.

Outro grande problema na região é o desemprego elevado, estando este a aumentar em metade dos países.

Recentemente, as Comunidades Económicas Regionais têm sido fundamentais para promover a cooperação entre países membros. Todos os países da África Austral são membros da SADC. A África do Sul, o Botswana, o Lesoto, a Namíbia e a Suazilândia formam a SACU. O Malawi, a Zâmbia e o Zimbábue são também membros do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). De forma similar, Angola é simultaneamente membro da SADC e da Comunidade Económica da África Central. O comércio intra-SADC fica aquém do comércio intrarregional noutras partes do mundo. O reforço da integração regional poderia ajudar a África Austral a prosseguir os esforços de industrialização, tal como estabelecido na Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063.

A maioria dos países da África Austral estiveram ativamente envolvidos nas negociações de uma Zona Continental de Comércio Livre (ZCCL), a qual, quando estiver plenamente operacional, facilitará as trocas comerciais entre os países signatários.

A diversificação das economias da África Austral e dos laços com mercados globais é essencial para sustentar o crescimento a longo prazo

O crescimento na África Austral é razoável, mas insuficiente, e enfrenta obstáculos consideráveis

As economias da África Austral recuperaram da recessão económica verificada no início dos anos 90. Entre 1990 e 1994, o crescimento na região caiu -0.1% por ano, em resultado das condições meteorológicas adversas e da guerra civil em Angola. Estas condições prejudicaram a produção não-petrolífera, enquanto a produção de petróleo continuou a crescer, dado estar situada em zonas *offshore* não afetadas pela guerra. A África Austral tem registado um crescimento económico regular desde meados da década de 90. Entre 2000 e 2008, a região registou um forte crescimento anual, na ordem dos 5.2%, com um pico máximo de 7.8% em 2007. Neste período, os elevados preços das matérias-primas impulsionaram o crescimento nos países ricos em recursos naturais, como a África do Sul, Angola, Botswana e Zâmbia. A boa gestão macroeconómica e o aumento do investimento contribuíram, igualmente, para o crescimento económico.

No entanto, o crescimento tem abrandado nos últimos anos. Entre 2009 e 2016, o desempenho económico da África Austral abrandou para uma média anual de 3.6%. A África Austral foi a região africana mais afetada pela recessão económica global. Este abrandamento deriva, também, de um défice de energia elétrica e de uma fraca produção agrícola, devido à seca. Estima-se que o crescimento tenha abrandado ainda mais em 2017 e 2018, para 1.6% por ano, devido à incerteza política e à fraca confiança das empresas. Após 2018, o crescimento na região deverá intensificar-se, uma vez que se prevê um aumento da procura de matérias-primas e se regista uma maior confiança dos investidores e uma melhoria no fornecimento de eletricidade na maioria dos países.

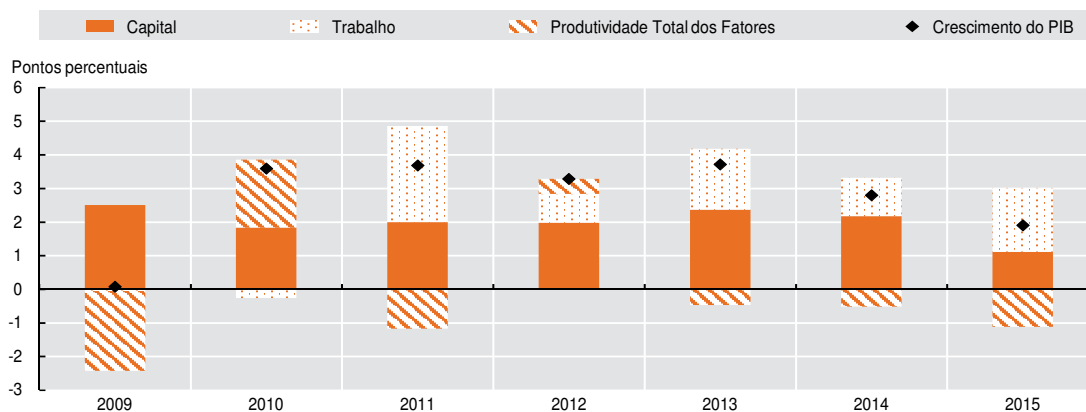
Do lado da oferta, a expansão de capital tem sido o principal fator impulsionador do crescimento. A Figura 3.3 apresenta a desagregação do crescimento económico pelos principais fatores de produção – capital, trabalho e produtividade total dos fatores – entre 2009 e 2015. O contributo do capital para o crescimento manteve-se estável neste período, numa média de 2% por ano, enquanto o contributo do trabalho foi inferior, atingindo 1.2% por ano. A produtividade total dos fatores foi negativa na maioria dos anos, com uma média de -0.16 pontos percentuais. O contributo da produtividade total dos fatores foi especialmente baixo entre 2011 e 2015.

Do lado da procura, o consumo privado e público tem sustentado largamente o desempenho económico positivo da África Austral. A desagregação do crescimento económico por tipo de despesa revela que o consumo privado aumentou anualmente 2.3% do PIB, entre 2009 e 2016 (Figura 3.4). O consumo privado representou 87.9% do crescimento do PIB neste período.

A segunda fonte importante de crescimento, do lado da procura, é o consumo público. Este aumentou 0.8% por ano e representou 30% do crescimento do PIB. Em contrapartida, as exportações líquidas foram negativas e a balança externa contribuiu com -0.5% para o crescimento anual do PIB.

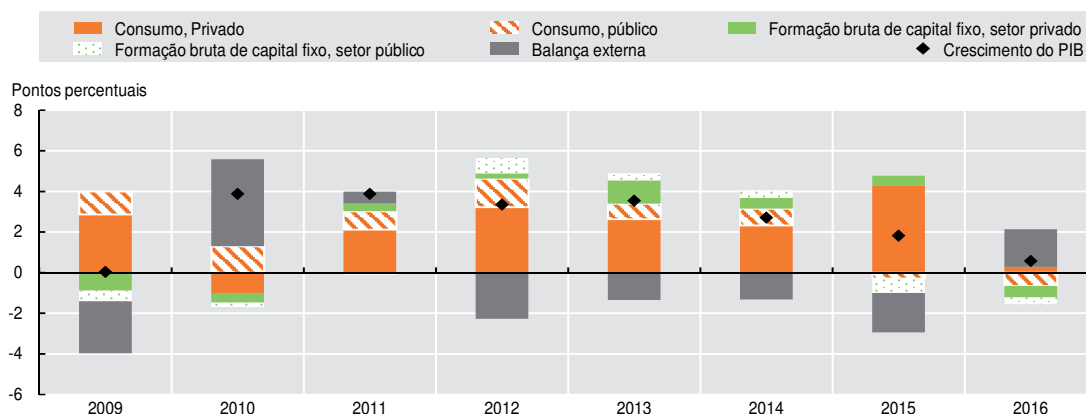
O baixo nível de investimento é motivo de preocupação para o crescimento de longo prazo, à medida que a acumulação de capital estimula o crescimento económico (Solow, 1956; Romer, 1986; Levine e Renelt, 1992). O investimento aumentou ligeiramente entre 1990 e 2016, com o nível de investimento total a passar de uma média anual de 21.5% do PIB, no período 1990-95, para 23.3% do PIB, no período 2010-16. Neste último período, o nível de investimento total na região foi maior do que na África Ocidental, mas ficou aquém da África Central, Oriental e Norte de África. Entre os países da África Austral, aqueles que tiveram maior crescimento também registaram níveis de investimento mais elevados, entre 1990 e 2016 (Figura 3.5).

Figura 3.3. Contributo dos fatores de produção para o crescimento do PIB na África Austral, 2009-15



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Conference Board (2017), Total Economy Database.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783038>

Figura 3.4. Desagregação do crescimento por tipo de despesa na África Austral, 2009-16

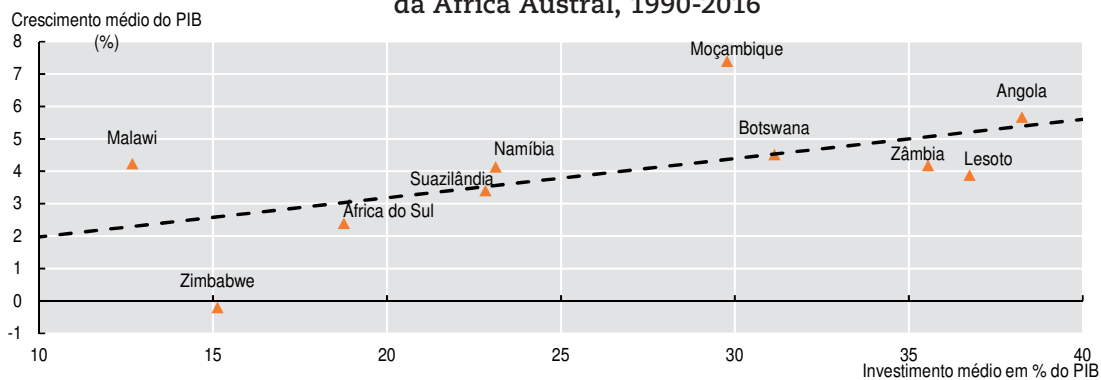


Nota: Segundo a disponibilidade de dados, estes incluem a África do Sul, Angola, o Lesoto, o Malawi, a Namíbia, a Suazilândia, a Zâmbia e o Zimbábue.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados) e FMI (2018), World Economic Outlook Database.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783057>

Figura 3.5. Crescimento económico e investimento anual nos países da África Austral, 1990-2016



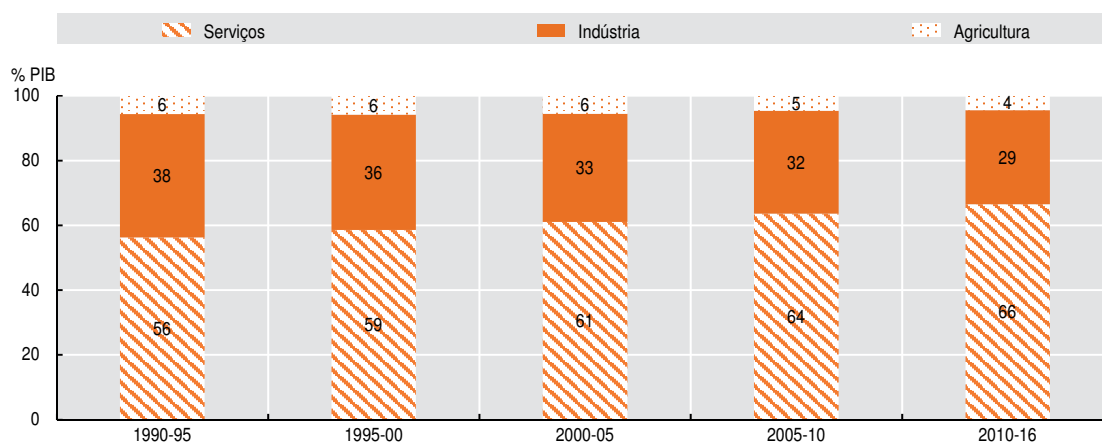
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados) e FMI (2018), World Economic Outlook Database.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783076>

A África Austral enfrenta uma desindustrialização precoce

Na África Austral, o peso dos serviços no PIB tem aumentado, ao longo do tempo, enquanto o peso da indústria tem decrescido (Figura 3.6). A proporção dos serviços no PIB passou de 59%, na primeira metade da década de 90, para 68% no período entre 2010 e 2016; pelo contrário, o peso da indústria no PIB caiu de 38% para 29%. O peso da agricultura manteve-se relativamente baixo, em torno dos 5% do PIB. Verifica-se, contudo, uma heterogeneidade considerável entre os países. Por exemplo, a agricultura representa mais de 1/4 do PIB no Malawi e em Moçambique, enquanto o peso dos serviços no PIB está acima dos 60% nos países membros da SACU. Em Angola e na Zâmbia, os rendimentos provenientes dos recursos naturais representaram mais de 10% do PIB, entre 2005 e 2015.

Figura 3.6. Valor médio acrescentado por setor na África Austral, em percentagem do PIB



Nota: É utilizada uma média não ponderada para obter os dados regionais. Consequentemente, os elementos podem não totalizar 100%.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783095>

A região manifesta uma tendência de “desindustrialização precoce”, em que os países iniciam a desindustrialização num nível de rendimento mais baixo do que no passado (Rodrik, 2016). Mesmo na África do Sul, que possui o setor industrial mais avançado da região, o valor acrescentado da indústria transformadora caiu para 13% do PIB. A indústria transformadora pode ser fundamental para disponibilizar empregos produtivos para trabalhadores relativamente pouco qualificados. Permite, igualmente, uma melhoria rápida da produtividade, para alcançar os concorrentes globais. A ascensão da classe média na região, aumentando o número de consumidores urbanos, também oferece novas oportunidades para os produtores locais aproveitarem os mercados internos.

No entanto, continuam a persistir desafios à industrialização. Entre estes, estão a falta de competências adequadas, o défice de energia, um financiamento insuficiente, a fraca coordenação e implementação das políticas regionais de industrialização, e infraestruturas deficientes (UNECA, 2015). É necessário que a África Austral enfrente estes constrangimentos, para garantir o crescimento do seu setor industrial.

A diminuição do peso da indústria transformadora desencadeou a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063, adotada em 2015. Esta define metas claras e ambiciosas para transitar de um rumo de crescimento dependente das matérias-primas para economias industrializadas, baseadas na agregação de valor e no conhecimento. Esses objetivos serão realizados através de políticas industriais selecionadas e direcionadas, que facilitem o investimento em setores económicos estratégicos.

A África Austral deve expandir os laços comerciais e de investimento com o resto do mundo

Os países da África Austral estão entre os países africanos mais abertos à economia global. A abertura ao comércio aumentou significativamente desde 1990, com a implementação de programas de ajustamento estrutural pela maioria dos governos e com os esforços de integração económica regional. O peso do comércio total no PIB cresceu de 48%, em 1990, para 66.6%, em 2009-16, sendo esta a segunda maior percentagem em África, atrás da África Central. Em termos de fluxos financeiros, a região atraiu níveis elevados de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e investimentos de carteira, graças às condições macroeconómicas relativamente estáveis e a mercados financeiros desenvolvidos (ver Tabela 3.2).

A diversificação das exportações é uma prioridade para a região. É positivo que os bens não transformados tenham representado apenas 38% das exportações da África Austral em 2016 (Figura 3.2, gráfico A.), o que fica muito abaixo do registado noutras regiões africanas (onde o peso destes produtos se situa entre 46% e 84% das exportações). A África do Sul exporta a maior parte dos produtos mais sofisticados. O país representa 71% das exportações de produtos semitransformados da região, na sua maioria através das indústrias metalúrgicas de base, como o ouro e a platina, ou os diamantes. Representa ainda 90% das exportações de bens transformados, como automóveis, maquinaria, equipamentos e vinho. Outro exemplo a referir é o Lesoto, que aproveitou as condições preferenciais de comércio do *African Growth and Opportunity Act* para desenvolver um setor têxtil orientado para a exportação para o mercado norte-americano.

No entanto, vários países africanos dependem principalmente da exportação de uma única matéria-prima. Em 2014, nomeadamente, o petróleo representava 96% das exportações de Angola, o cobre perfazia 60% das exportações da Zâmbia e os diamantes não transformados constituíam 73% das exportações do Botswana.

Até agora, o IDE na região tem estado maioritariamente concentrado nas economias ricas em recursos naturais, onde diminuiu recentemente, em parte devido à queda nos preços globais das matérias-primas. A maioria do IDE teve como destino Angola, Moçambique e a Zâmbia, apoiando o setor mineiro e extrativo. Em 2016, Angola representou dois terços do IDE na África Austral, continuando a ser um dos principais recetores de IDE entre os países menos avançados.

Nos últimos anos, a queda dos preços globais das matérias-primas e as incertezas sobre as políticas fiscais no setor mineiro, em alguns países, conduziram a uma redução do IDE na região. Os fluxos de IDE no Botswana caíram para 10 milhões de USD em 2016, de longe o valor mais baixo registado desde 2012, o que está ligado à queda dos preços mundiais dos diamantes. De forma similar, a Zâmbia registou, pela primeira vez desde 2011, menos de 500 mil milhões de USD em IDE.

Joanesburgo assumiu-se como a cidade mais bem colocada em África, em termos estratégicos, para o IDE de raiz, ou novo IDE (BAD, OCDE, PNUD, 2016). A análise de redes demonstra que Joanesburgo se tornou no principal mediador de fluxos de IDE de raiz para África. Com efeito, o IDE está cada vez mais concentrado no corredor de desenvolvimento que liga Gauteng e Maputo, o qual inclui cidades como Joanesburgo, Pretória e Maputo. Esta zona beneficia de um aglomerado denso de cidades de várias dimensões. O forte desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias interliga as cidades em regiões económicas coesas. A pertença à SADC desempenha um papel importante, na medida em que permite o acesso aos mercados. O aprofundamento da integração regional poderá ajudar a África Austral a atrair IDE em maior quantidade e mais diversificado, bem como apoiar as empresas nacionais a expandirem o seu acesso aos mercados.

A criação de emprego de qualidade é um problema preponderante na África Austral, especialmente para os jovens e as mulheres

Embora muito diversas, as estruturas de emprego nos países da África Austral podem ser divididas em dois grandes grupos. Nos países membros da SACU (África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia) tem persistido um desemprego estrutural, devido a distorções do mercado de trabalho e a uma inadequação de competências. Nos países não membros da SACU (Angola, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe), as taxas de desemprego são mais baixas, embora o subemprego seja motivo de grande preocupação.

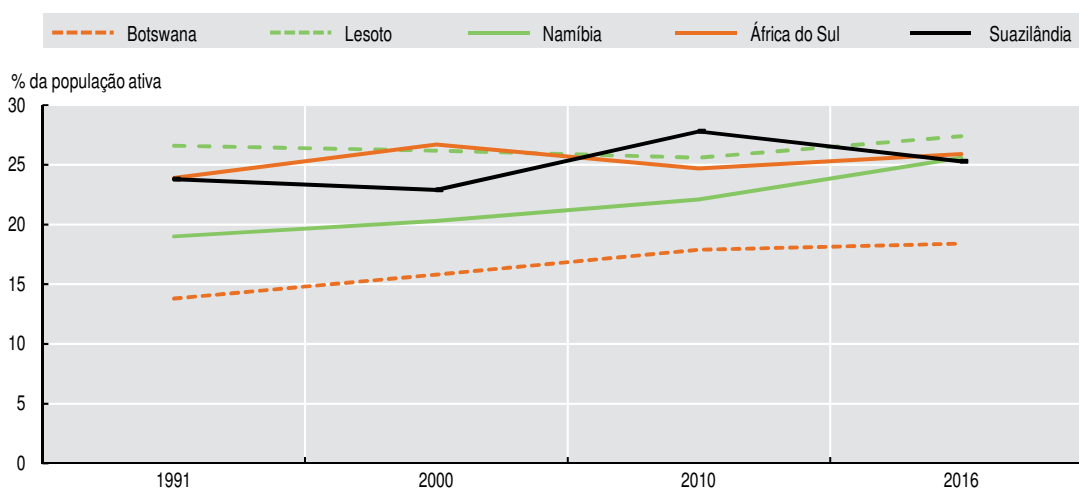
A secção seguinte analisa as experiências divergentes destes dois grupos. Apesar das diferenças nos desafios que enfrentam, todos os países da região encontram dificuldades no que se refere à criação de emprego de qualidade, especialmente para os jovens e para as mulheres.

O desemprego estrutural nos países da SACU é elevado devido à inadequação de competências e ao baixo nível de empreendedorismo

Os países da SACU caracterizam-se por um nível mais elevado de qualidade do emprego, mas também por um maior desemprego estrutural. Nestes países, o setor dos serviços corresponde à maior parcela do emprego, variando entre 46% no Lesoto e 71% na África do Sul. A maioria destes trabalhadores são empregados assalariados, no setor formal. No entanto, a taxa de desemprego tem-se mantido acima dos 15% desde os anos 90 (Figura 3.7). A África do Sul, o Botswana, o Lesoto, a Namíbia e a Suazilândia registaram até uma subida das taxas de desemprego entre 1991 e 2016. Em todos os períodos temporais, o desemprego é mais elevado entre as mulheres.

Estes países têm setores informais pequenos, não obstante as altas taxas de desemprego. No Lesoto, o setor informal correspondia a 9% do emprego total, em 2008 (Bureau of Statistics, 2008). A África do Sul destaca-se como um país com baixa taxa de emprego no setor informal, mas com alta taxa de desemprego. Neste país, o emprego no setor informal representava 9.8% da população ativa em 1997, tendo aumentado para 13.1% em 2006 (Maree, 2007; Brynard, 2011).

Figura 3.7. Tendências do desemprego nos países da União Aduaneira da África Austral – SACU, 1991-2016

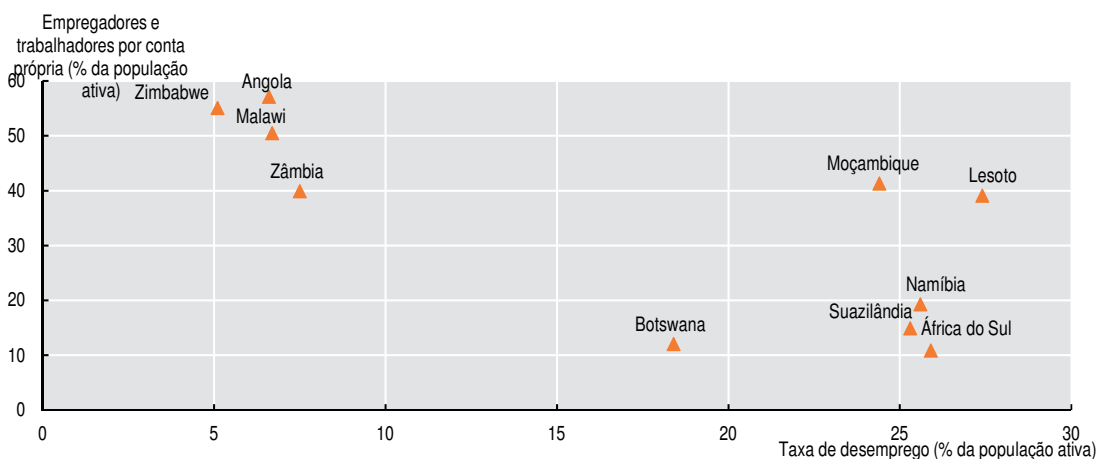


Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783114>

A inadequação de competências também contribui para o desemprego estrutural. O crescimento económico tem sido associado a setores terciários e a uma indústria transformadora sofisticada, que exigem trabalho altamente qualificado. No entanto, verifica-se um excedente de trabalhadores com baixas qualificações ou não qualificados. Na África do Sul, nomeadamente, a taxa de desemprego tem aumentado, apesar do crescimento económico positivo no período pós-apartheid, devido a uma mudança tecnológica que privilegia certas competências técnicas (Levinsohn, 2007; BAD et al., 2012). Da mesma forma, o crescimento no Botswana tem sido acompanhado de um aumento na taxa de desemprego. O setor de mineração representa 35-50% do PIB no Botswana, mas emprega apenas 4% da força de trabalho no setor formal, devido à sua natureza intensiva em termos de capital.

Um ambiente de negócios mais dinâmico, com maiores taxas de empreendedorismo e de crescimento das pequenas empresas, poderia ajudar à criação de empregos, tão necessários na região. A proporção da população ativa que são empregadores ou trabalhadores por conta própria é consideravelmente mais baixa nos países da SACU do que no resto da região (Figura 3.8). Na África do Sul, os grandes obstáculos ao empreendedorismo e a segmentação do mercado de trabalho impediram que uma grande parte da população desempregada pudesse criar o seu próprio posto de trabalho, na altura pretendida (Kerr, 2018; OCDE, 2017a). Estima-se que a rigidez do mercado de trabalho na África do Sul, através de negociações centralizadas, se reflita numa diminuição de 8% a 13% do emprego numa dada indústria, com as perdas concentradas nas empresas mais pequenas. As competências empresariais da população podem também ser inadequadas, uma vez que o emprego informal foi suprimido no período de *apartheid* (Kingdon e Knight, 2004).

Figura 3.8. Taxa de desemprego e regime laboral nos países da África Austral

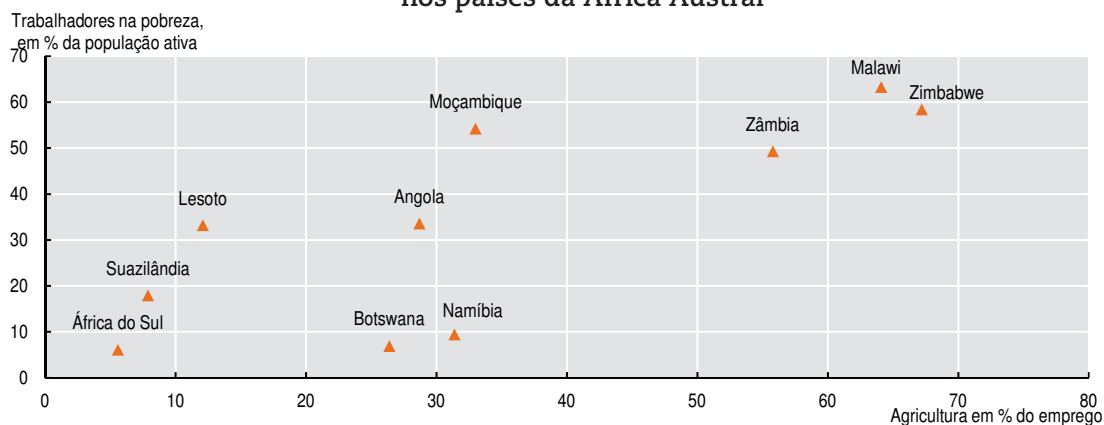


Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017), ILO Stat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783133>

Nos países não-membros da SACU, o subemprego está ligado aos trabalhadores na pobreza

As taxas de desemprego são mais baixas nos países não-membros da SACU do que nos países da SACU, mas o subemprego continua generalizado. Este problema é comum a muitos outros países da África subsariana. A magnitude do desemprego é mascarada pelo subemprego ou por um desemprego disfarçado, em que as pessoas assumem trabalhos não adequados ou trabalham menos horas. Por exemplo, em 2014, 8.3% dos trabalhadores na Zâmbia estavam em situação de subemprego. A taxa de trabalhadores na pobreza é, assim, muito mais elevada nestes países (Figura 3.9).

Figura 3.9. Emprego setorial e taxa de trabalhadores na pobreza, nos países da África Austral



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017), ILO Stat (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783152>

Nos países da região não-membros da SACU, o setor informal absorveu os trabalhadores que não conseguem encontrar emprego no setor formal. Na Zâmbia, a taxa de desemprego caiu de 18.9% em 1991, para 7.5% em 2016, enquanto o peso do setor informal aumentou de 74% para 83.9% (CSO, 2015). Em 2014, o setor informal englobou 95% da mão-de-obra em Moçambique e 94% no Zimbábue (Danish Trade Union Council, 2014; Zimstat, 2014).

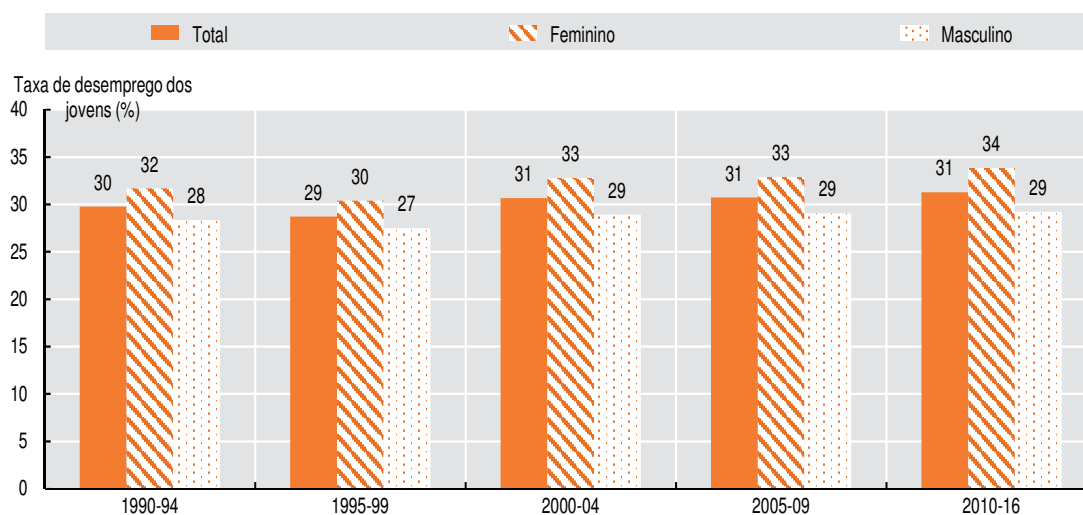
A transformação estrutural é, portanto, um fator impulsionador importante para a criação de mais e melhores empregos. No Malawi, na Zâmbia e no Zimbábue, a maioria da população ainda trabalha na agricultura de subsistência. Nos países dependentes dos recursos naturais, como Angola e a Zâmbia, o setor mineiro foi o que mais contribuiu para o crescimento, mas pouco para a criação de emprego. Este setor representa apenas 3.5% do emprego, embora corresponda a 14% do PIB. Em Angola, o rendimento dos recursos naturais atraiu mão-de-obra agrícola para serviços urbanos (ver Capítulo 1). O apoio a atividades de mão-de-obra intensiva, que exigem qualificações relativamente baixas, tais como a transformação de produtos agrícolas ou a indústria ligeira, poderia criar emprego assalariado para a mão-de-obra local.

A aquisição de competências melhores e mais atrativas a empregadores pode melhorar o mercado de trabalho para os jovens na África Austral

Os jovens são especialmente afetados pelo problema do desemprego (Figura 3.10). Na maioria dos países da região, tem-se verificado, ao longo do tempo, um aumento do desemprego jovem, particularmente entre as mulheres. O Botswana, a Namíbia e a Suazilândia registaram as maiores subidas das taxas de desemprego jovem, aumentando mais de 7% entre 1991 e 2005. À exceção da Zâmbia, onde neste período houve um decréscimo significativo, de 17.6%, os restantes países registaram pequenas reduções na taxa de desemprego jovem.

Em alguns países, o desemprego jovem é extremamente elevado e tem aumentado ao longo do tempo. Na África do Sul e na Suazilândia, estima-se que mais de metade da população jovem (entre 15 e 24 anos de idade), estivesse desempregada em 2016. Verifica-se um padrão similar nos restantes países da região, à exceção do Malawi, da Zâmbia e do Zimbábue. São necessárias medidas urgentes para responder a este problema crescente, especialmente tendo em conta as 1.1 milhões de pessoas que entrarão anualmente no mercado de trabalho, entre 2015 e 2030.

Figura 3.10. Taxas de desemprego jovem na África Austral, 1990-2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783171>

No mercado de trabalho da África Austral, as mulheres enfrentam maiores desafios do que os homens. Em primeiro lugar, participam menos no mercado de trabalho. A taxa de participação no mercado de trabalho é de apenas 61% para as mulheres, comparativamente a 71% nos homens. Esta disparidade varia consoante os países, mas é mais acentuada na África do Sul, Botswana, Lesoto e Zimbabwe. Em seguida, mesmo quando as mulheres integram o mercado de trabalho, têm maior probabilidade de desemprego. Este padrão verifica-se igualmente nos jovens (Figura 3.10).

Muitos jovens são trabalhadores por conta própria, mas carecem das competências necessárias para terem sucesso. Estas tendências gerais são observadas em vários países em África e noutras regiões em desenvolvimento (OCDE, 2017b). No Malawi, os empresários jovens das zonas rurais têm baixos níveis de escolaridade e 80% adquirem as suas competências empresariais de maneira informal, seja através de autoaprendizagem (44%) ou da aprendizagem com familiares (36%) (OCDE, 2018b). Na África do Sul, em 2016, só menos de metade dos empresários em fase inicial tinham pelo menos uma qualificação de grau secundário, enquanto apenas 1/4 tinham frequentado o ensino secundário (GEM, 2017).

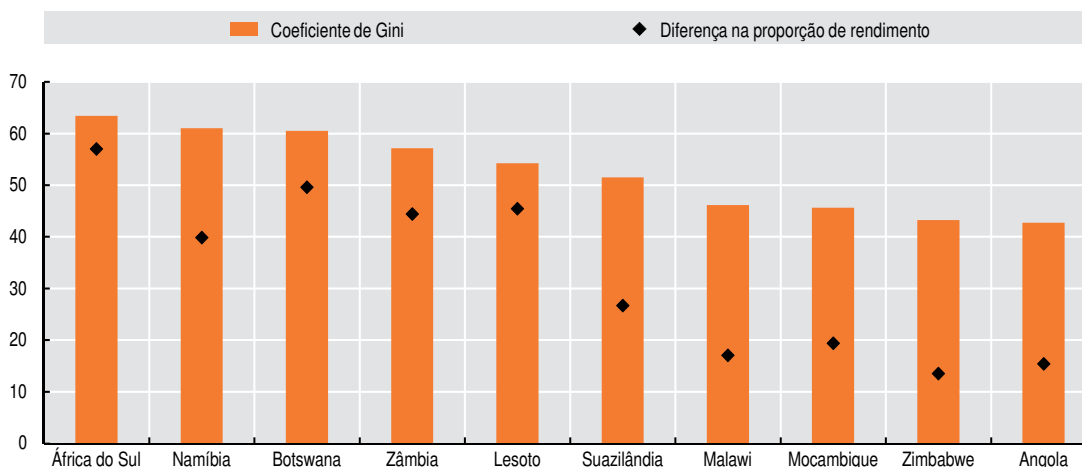
A escassez de competências empresariais afeta negativamente a probabilidade de os empresários jovens conseguirem criar com êxito os seus negócios, bem como a taxa de sobrevivência das *start-ups* jovens. Com efeito, o inquérito às pequenas e médias empresas (PME) realizado pelas Nações Unidas em 2013, em seis cidades da Suazilândia, revelou uma grande disparidade entre a experiência e competências dos empresários jovens (na faixa etária entre 15 e 35 anos) e dos empresários adultos (acima de 36 anos) (Brixiová, Ncube e Bicaba, 2015). Apenas 40.1% dos empresários jovens tinham experiência profissional anterior, comparativamente a 60.6% dos adultos. De forma similar, menos de um em cada cinco empresários jovens receberam formação empresarial, por comparação a 1/4 dos adultos. Isto aponta para a necessidade de definir e direcionar melhor os programas de empreendedorismo, bem como o ensino e a formação, para que haja maior alinhamento entre as aspirações dos jovens e as realidades do mercado de trabalho, facilitando a transição da escola para o trabalho (OCDE, 2017c).

Os progressos na redução da desigualdade na África Austral são díspares

A desigualdade de rendimentos continua a ser elevada na África Austral, apesar da ligeira redução

A África Austral é uma das regiões mais desiguais do mundo. Dos dez países com maior desigualdade no mundo, seis situam-se na África Austral (UNECA, 2017). A África do Sul regista o maior coeficiente de Gini do mundo (63), seguida pela Namíbia (61), o Botswana (61), a Zâmbia (57), o Lesoto (54) e a Suazilândia (52) (Figura 3.11).¹ Os rácios entre os decis de rendimento revelam uma estrutura semelhante (Figura 3.11). A África do Sul, o Botswana e o Lesoto possuem, por esta ordem, as maiores disparidades entre os decis de rendimento mais altos e mais baixos, o que significa que estes países registam as maiores desigualdades na região. Angola e Moçambique têm as menores disparidades de rendimento, bem como os coeficientes de Gini mais baixos, ou seja, os níveis de desigualdade mais baixos da região.

Figura 3.11. Coeficientes de Gini e disparidade de rendimentos nos países da África Austral



Nota: A diferença entre o grupo superior e inferior diz respeito ao rácio entre a parcela de rendimento detida pelos 10% mais ricos e o rendimento detido pelos 10% mais pobres, na distribuição nacional do rendimento. Apresentam-se os dados mais recentes disponíveis para cada país.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783190>

Em alguns países, o sistema fiscal obteve resultados na redução da desigualdade. Em particular, o sistema tributário e de despesas sociais da África do Sul conseguiu a maior redução da desigualdade de rendimentos entre os países presentes numa amostra de 29 países em desenvolvimento da base de dados “Commitment to Equity”². A combinação de impostos moderadamente progressivos (impostos sobre o rendimento individual, impostos de valor acrescentado, impostos sobre o consumo e a taxa sobre os combustíveis fósseis) e despesas sociais altamente progressivas (transferências monetárias, gratuidade de serviços básicos e gastos com saúde e educação) melhoraram o coeficiente de Gini de 77.1 para 59.6. Da mesma forma, a política fiscal na Zâmbia reduziu o coeficiente de Gini de 59 para 48, após contabilização da redistribuição e dos encargos fiscais, especialmente através da despesa pública em educação (De la Fuente, Rosales e Jellema, 2017).³

No entanto, nem todos os países tiveram semelhante sucesso. Em muitos casos, os subsídios em espécie beneficiam mais os ricos do que os pobres, devido a diferentes padrões de acesso e consumo. Em Angola, os subsídios ao petróleo cobrem quase 7.5%

das despesas dos agregados familiares incluídos no quintil mais rico, o que é o dobro do verificado no quintil mais pobre (Banco Mundial, 2016). De forma similar, na Zâmbia, os benefícios da educação superior atingem maioritariamente o segmento mais rico da sociedade e as despesas no setor da saúde excluem os pobres que não têm acesso (Cuesta, Kabaso e Suarez-Becerra, 2012).

O crescimento não inclusivo e um nível inicial de grande desigualdade também geraram uma desigualdade persistente na região. Tal como mencionado anteriormente neste capítulo, o crescimento tem estado limitado aos setores de capital intensivo, como a mineração ou a indústria transformadora de alta tecnologia, o que tende a dificultar a partilha dos frutos do crescimento. Na África do Sul, a concentração de capital e de terras nos grupos mais abastados, bem como fatores culturais e históricos, exacerbam a natureza dualista do mercado de trabalho. Isto leva a resultados de emprego altamente segmentados entre os diferentes grupos sociais e cria grandes desigualdades salariais dentro de cada setor, bem como uma grande disparidade entre os que estão empregados e no desemprego (Keeton, 2014). Consequentemente, a desigualdade na África do Sul continua a estar entre as mais elevadas no mundo, não obstante um sistema fiscal altamente redistributivo (Inchauste et al., 2015).

A maioria dos países da África Austral realizou bons progressos na redução da pobreza

Os níveis de pobreza na região são elevados. A percentagem de pessoas em situação de pobreza extrema situa-se nos 35.6%, em boa parte devido a taxas especialmente elevadas no Lesoto, Malawi, Moçambique e Zâmbia (ou seja, abaixo de 1.90 USD por dia, Tabela 3.3). Nestes países, o facto de a maioria da população ativa depender da agricultura de subsistência e o fraco acesso aos serviços de saúde e de educação contribuem para altos níveis de pobreza e desigualdade (Mussa, 2015). Em contrapartida, vários países de rendimento médio na região, como a África do Sul, o Botswana e a Namíbia, conseguiram atingir níveis de pobreza mais baixos. Nestes três países, quase 1/4 da população vive com 1.90-3.20 USD por dia (2011 PPC), embora este grupo de rendimento seja vulnerável a uma recaída na pobreza extrema.

Tabela 3.3. Taxas de pobreza nos países da África Austral

País	Taxa de pobreza, USD 1.90/dia			Taxa de Intensidade da Pobreza, USD 1.90/dia		
	Primeiro ano	Último ano	% evolução	Primeiro ano	Último ano	% evolução
África do Sul (primeiro: 1993; último: 2011)	29.3	16.6	-12.7	9.5	4.9	-4.6
Angola (primeiro: -; último: 2008)	-	30.1	-	-	9.6	-
Botswana (primeiro: 1993; último: 2009)	34.8	18.2	-16.6	13.5	5.8	-7.7
Lesoto (primeiro: 1994; último: 2010)	69.6	59.7	-9.9	44.8	31.8	-13.0
Malawi (primeiro: 1997; último: 2010)	63.6	70.9	7.3	24.9	33.3	8.4
Moçambique (primeiro: 1996; último: 2008)	85.4	68.7	-16.6	47.3	31.4	-15.9
Namíbia (primeiro: 2003; último: 2009)	31.5	22.6	-8.9	10.2	6.7	-3.6
Suazilândia (primeiro: 1994; último: 2009)	81.7	42.0	-39.6	51.0	16.6	-34.4
Zâmbia (primeiro: 2000; último: 2015)	54.1	64.4	10.4	34.7	29.5	-5.2
Zimbabwe (primeiro: -; último: 2011)	-	21.4	-	-	5.2	-
África Austral (primeiro: 1990; último: 2013)	43.8	35.6	-8.2	20.8	14.2	-6.6

Nota: A média regional para a África Austral é obtida por estimativas do Banco Mundial (2017b), PovCal Net. Fonte: Banco Mundial (2017b), PovCal Net (base de dados).

A taxa e a intensidade da pobreza diminuíram na maioria dos países, com maiores reduções na África do Sul, Botswana, Moçambique e Suazilândia. No Botswana, por exemplo, o aumento dos rendimentos agrícolas e as alterações demográficas reduziram

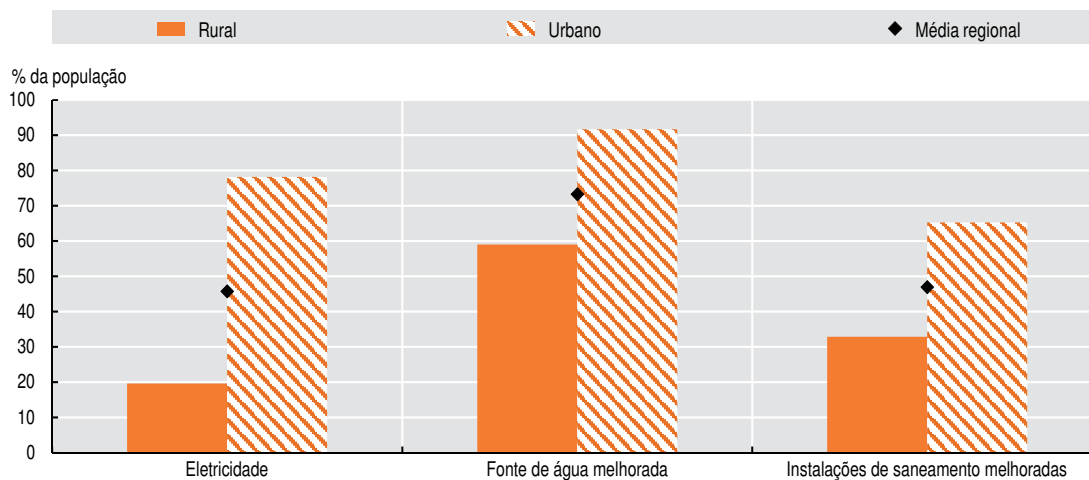
a pobreza extrema em 11.6 pontos percentuais, passando de 29.8% em 2002/3 para 18.2% em 2009/10. Neste período, a melhoria dos rendimentos agrícolas, incluindo os subsídios agrícolas, representou 47.8% da redução da pobreza (Banco Mundial, 2015a), enquanto a diminuição dos coeficientes demográficos representou 24.3% dessa redução. Outros fatores, como o aumento dos salários nos setores não-agrícolas e a melhoria do acesso a financiamentos por parte dos agregados familiares, também contribuíram para o alívio da pobreza.

Em termos de perspectivas futuras, será necessário um amplo crescimento do emprego, para reforçar os rendimentos da população pobre e fazê-la transitar para a classe média. A classe média emergente será importante para criar uma mão-de-obra qualificada e formada, bem como para fornecer uma base de consumo para os empresários locais (ver Capítulo 2, Megatendência 4).

Entre 1996 e 2016, o Malawi e a Zâmbia registaram um aumento das taxas de pobreza. Na Zâmbia, a taxa de pobreza atingiu um pico de aproximadamente 73%, em 1998, tendo depois começado a descer. O aumento da pobreza foi potenciado pelo declínio económico e pelo encerramento de empresas públicas que tinham perdido a competitividade com a liberalização da economia. A análise da política orçamental de 2015, na Zâmbia, demonstra que esta conseguiu reduzir a desigualdade, mas contribuiu igualmente para um aumento da percentagem de pessoas em situação de pobreza (De la Fuente, Rosales e Jellema, 2017). Com efeito, a população pobre recebe apenas uma pequena fração dos benefícios em espécie - como combustível, eletricidade, subsídios de saúde e educação - e os programas de transferências monetárias diretas são muito pequenos para reduzirem a pobreza. Além disso, os pobres pagam mais ao sistema tributário do que aquilo que dele recebem, na forma de preços mais altos, devido aos impostos sobre o valor acrescentado e às taxas sobre o álcool e tabaco.

Embora a pobreza com base nos rendimentos tenha decrescido significativamente na África Austral, uma grande parte da população rural ainda não tem acesso a serviços básicos como água, saneamento e eletricidade. No período entre 2010 e 2016, a proporção média da população sem acesso a eletricidade foi de 46% (Figura 3.12). Pouco mais de 3/4 da população em áreas urbanas tem eletricidade (78%), enquanto a média de acesso nas zonas rurais é de 20%. Da mesma forma, apenas 59% da população rural tem acesso a uma fonte de água melhorada, comparativamente a 92% nas zonas urbanas. E só 33% da população rural tem acesso a instalações de saneamento melhoradas, enquanto essa percentagem é de 65% na população urbana.

Figura 3.12. Acesso a serviços básicos na África Austral, 2010-16



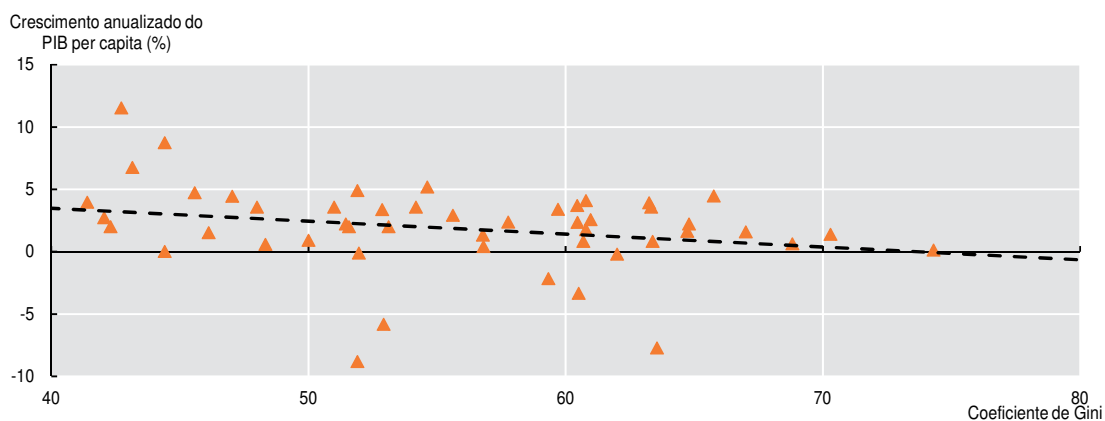
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783209>

Enfrentar os desafios da desigualdade e do emprego é preponderante para desbloquear o potencial de desenvolvimento de longo prazo na África Austral

A redução dos elevados níveis de desigualdade e desemprego facilitará o crescimento de longo prazo na África Austral

A resposta à desigualdade pode impulsionar o crescimento de longo prazo de várias formas. Em primeiro lugar, permite à população pobre acumular bens produtivos e investir em capital humano. Segundo, aumenta o seu poder de compra, alterando assim a estrutura da procura interna por bens e serviços de maior qualidade. Terceiro, ajuda a garantir a coesão social e a estabilidade política. A análise apresentada na Figura 3.13 mostra uma associação negativa entre o crescimento económico de longo prazo e a desigualdade de rendimentos. Esta associação não implica causalidade, mas demonstra a interligação entre as duas variáveis nesta região.

Figura 3.13. Crescimento do PIB *per capita* vs. Coeficiente de Gini nos países da África Austral, 1990-2016



Nota: Cada ponto representa uma média de cinco anos, relativamente ao crescimento e ao coeficiente de Gini, para cada país da África Austral.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783228>

A redução das desigualdades de rendimento pode ter um impacto positivo na duração do crescimento (FMI, 2012). Os países membros da SACU poderiam quase duplicar a duração dos períodos de crescimento, se tivessem o mesmo nível de desigualdade que outros países com o mesmo nível de PIB *per capita*⁴. Na maior parte dos períodos de crescimento, a duração média poderia ter aumentado cerca de 5-8 anos (p. ex. na Namíbia) ou até 15 anos ou mais (p. ex. no Botswana).

De acordo com esta análise, a desigualdade de rendimento parece desempenhar um papel estatisticamente mais relevante no prolongamento dos períodos de crescimento do que outros fatores, como o investimento, as infraestruturas, os choques externos (p. ex. termos de troca), a qualidade das instituições públicas ou o setor financeiro. Esta constatação é relevante devido à natureza do crescimento na região. A maioria dos países depende de exportações de produtos primários, agrícolas ou minerais, registando períodos de crescimento que são impulsionados por choques externos e, portanto, de pouca duração. O enfoque na desigualdade ajudará a estender esses períodos de crescimento.

Responder à desigualdade e ao desemprego na África Austral requer uma abordagem integrada

O desemprego e a desigualdade estão interligados na África Austral. O desemprego é mais elevado nos 40% com menores rendimentos do que nos 10% mais ricos. A

desigualdade e o desemprego também se reforçam mutuamente. As médias quinquenais do coeficiente de Gini têm uma correlação positiva com a taxa de desemprego em cada país da África Austral. Na África do Sul, uma redução de 10% na taxa de desemprego reduziria o coeficiente de Gini em 3%; porém, para atingir os mesmos resultados no coeficiente de Gini apenas através de transferências públicas, estas teriam de aumentar 40% (Anand, Kothari e Kumar, 2016).

A existência de grandes desigualdades pode gerar desemprego de várias formas. Um alto nível de desigualdade leva a dificuldades de liquidez que impedem os mais pobres de investirem na sua saúde, educação e competências. Este subinvestimento cria um grande contingente de mão-de-obra pouco qualificada que a economia não consegue absorver, aumentando o desemprego estrutural. Além disso, as taxas de participação no mercado de trabalho são maiores nos decis da população com rendimento mais elevado, ou seja, entre os que também têm acesso a melhores oportunidades (Leibbrandt e Levinsohn, 2011). Na África do Sul, nomeadamente, a maioria dos que entram pela primeira vez no mercado de trabalho não possui as competências necessárias para encontrar um emprego, ou para ganhar salários dignos. Isto levou a uma situação em que 3 milhões de jovens não estão a trabalhar, nem a estudar ou em formação, e em que 600 000 licenciados estão desempregados. Simultaneamente, o setor privado não consegue preencher as 800 000 vagas de emprego existentes (The Economist, 2012).

A criação de oportunidades de emprego tem de estar no centro das respostas à desigualdade e ao desemprego. A Namíbia é um caso a salientar. Embora o seu coeficiente de Gini tenha diminuído de cerca de 63, em 2003, para 61, em 2009, em parte graças a redes generosas de proteção social, o nível de desigualdade de rendimentos continua elevado. Na Namíbia, esta desigualdade está ligada a um desemprego elevado, devido à falta de qualificações e inadequação das competências. A agenda nacional de desenvolvimento deve, portanto, apoiar ainda mais a criação em larga escala de empregos de baixas qualificações, nomeadamente através da industrialização. A eliminação de obstáculos ao empreendedorismo pode também permitir que empresários motivados possam criar emprego. A melhoria da educação e formação, especialmente nos jovens, será crucial na resolução da inadequação de competências e do ciclo vicioso do desemprego.

Simultaneamente, o carácter arreigado da desigualdade e do desemprego exige uma combinação entre políticas para o mercado de trabalho e programas de assistência social. As políticas bem orientadas de redistribuição direta podem reduzir as desigualdades de forma eficaz, como comprova o caso da África do Sul. Os países da região têm recorrido, cada vez mais, a transferências monetárias e em espécie (Garcia e Moore, 2012). No entanto, para responder às causas da desigualdade de rendimentos, será necessário promover um crescimento do emprego numa base alargada, através da transformação estrutural. A desagregação dos dados sobre rendimentos demonstra que os rendimentos do trabalho são a fonte mais importante da desigualdade de rendimentos, pelo que confiar apenas nos apoios sociais pode não ser suficiente para eliminar a principal causa da desigualdade (Leibbrandt, Finn e Woolard, 2015; Leite, McKinley e Osorio, 2006).

Recomendações de políticas

Impulsionar a agenda da industrialização continua a ser crucial na África Austral

A Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063 definiu um plano claro e ambicioso para a transição de um setor industrial assente nas matérias-primas para um setor baseado na tecnologia. No seu seguimento, a SADC adotou outras estratégias e protocolos regionais, incluindo a Revisão do Anexo 1 sobre Investimento, no Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimentos (PFI), e o Protocolo da SADC sobre Comércio.

Apesar de alguns sinais iniciais encorajadores, a implementação continua a ser desafiante. Uma análise comparativa recente do PFI da SADC demonstra que as estratégias de integração regional ajudaram as empresas de muitos países a inserirem-se nas cadeias de valor regionais e globais e a atrair mais e melhor IDE (SADC/OCDE, 2017). Nomeadamente, empresas retalhistas genéricas como a Shoprite ou a Pick and Pay, bem como retalhistas mais especializados como a Ellerines (móveis) ou a Mr. Price e Foschini (vestuário) conseguiram expandir-se para o mercado da SACU (Banco Mundial, 2015b). Outros retalhistas fora da África do Sul, como a Choppies (Botswana), estabeleceram 28 supermercados na África do Sul e 13 no Zimbabwe. Contudo, nem todos os países colheram benefícios, em parte devido à fraca implementação e monitorização dessas estratégias. Em simultâneo, a falta de um sistema harmonizado de resolução de litígios e de um mecanismo de arbitragem pode impedir novas subidas do IDE (Chidede, 2017).

Salientam-se duas grandes áreas prioritárias para reforma. Uma é a criação de oportunidades de aprendizagem a partir do IDE. Isto pode ser feito através de um reforço da coordenação entre as ações nacionais e regionais, particularmente pela ligação do IDE à economia local. A análise das boas práticas na utilização de conteúdos locais e de disposições sobre o valor acrescentado local poderia ajudar a identificar práticas a implementar no plano regional. A experiência global demonstra que estas políticas devem ser complementadas com um apoio do lado da oferta, para que as empresas atualizem e cumpram os padrões e requisitos das empresas de vanguarda. A monitorização da eficácia é fundamental, também, para evitar um apoio incondicional a empresas locais pouco competitivas.

As oportunidades e os desafios são específicos de cada setor, pelo que as políticas devem ser orientadas sectorialmente. A Tabela 3.4 apresenta um resumo recente dos desafios e oportunidades para os principais clusters identificados na Estratégia Industrial da SADC. O setor automóvel, por exemplo, é fortemente prejudicado pela exiguidade do mercado, enquanto os têxteis e vestuário têm falta de trabalho qualificado e de capacidade de gestão da cadeia de distribuição. Consequentemente, as políticas para promover o desenvolvimento de cadeias de valor locais só serão eficazes se forem específicas para cada indústria e para cada país (BAD/OCDE/PNUD, 2014).

Tabela 3.4. Desafios e oportunidades nos principais clusters identificados na Estratégia Industrial da SADC

Cadeia de valor	Desafios	Oportunidades
Sector automóvel	<ul style="list-style-type: none"> • Produção circunscrita à África do Sul • Capacidade local dificultada pela exiguidade do mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Veículos adaptados às necessidades africanas (duráveis, a preços acessíveis) podem impulsionar a produção
Têxteis e vestuário	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de competências técnicas e capacidade de coordenação • As exigências de conteúdo local sobrecarregam os fabricantes 	<ul style="list-style-type: none"> • À medida que os custos de produção sobem na Ásia, a indústria pode deslocar-se do continente asiático para o africano.
Equipamentos médicos	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de um quadro regulamentar e de acreditação prejudica os fabricantes locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de enfoque na investigação e desenvolvimento, na educação e formação profissional, para capitalizar o valor acrescentado através do capital humano
Produtos farmacêuticos	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo longo para licenciamento de medicamentos • Regulamentação fragmentada a nível regional • Dependência excessiva de medicamentos estrangeiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas regionais para reforçar as capacidades de desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos locais
Transformação de produtos agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> • Os pequenos agricultores não propiciam economias de escala, a mecanização e o cumprimento de padrões nacionais e internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas de apoio a pequenos agricultores • Investimento em uma agricultura inteligente em termos climáticos

Fonte: SADC/OCDE (2017), *FDI-SME Linkages in Regional and Global Value Chains and the Development Dimension in SADC*.

A outra área prioritária de reforma é o aprofundamento da integração intra-SADC e o aumento do comércio intra-africano. Uma melhor implementação dos acordos e protocolos existentes na SADC permitiria progredir na integração e criar emprego. Ao nível continental, é necessário que os países da África Austral acelerem o processo de

aprovação e de implementação da ZCGL. A remoção de barreiras não-tarifárias, através da melhoria dos procedimentos alfandegários e da simplificação das regras de origem, permitiria reduzir os custos do comércio na região. Estes acordos de comércio deveriam também alargar-se aos serviços, na medida em que estes têm crescido de forma significativa na África Austral.

A construção de infraestruturas fundamentais, a promoção do desenvolvimento de serviços de apoio e a redução das barreiras não-tarifárias são essenciais para facilitar o comércio. A SADC poderia seguir o exemplo da EAC/CAO e da COMESA, adotando um regime de comércio simplificado, com instrumentos adaptados às necessidades e exigências dos pequenos comerciantes (Fundira, 2018). Estas medidas contribuiriam para a criação de emprego e para a melhoria dos rendimentos dos comerciantes informais transfronteiriços.

Os programas de educação e formação podem aumentar a empregabilidade da população jovem da África Austral

Os governos devem assegurar recursos suficientes para o reforço do capital humano através da educação. A educação deve ser transformada, de forma a centrar-se não apenas no número de matrículas, mas na melhoria da qualidade de ensino, para que as competências adquiridas correspondam às necessidades da indústria. A região deve desenvolver esforços para eliminar esta disparidade de competências, por exemplo através da criação de centros de excelência onde se possam gerar competências técnicas relevantes, atualmente importadas por África.

O desenvolvimento de um sistema técnico-profissional eficaz ajudará a colmatar a escassez de competências e a redirecionar os jovens para programas de formação. Em 2013, apenas 12% dos estudantes sul-africanos no último ciclo do ensino secundário estavam matriculados em programas de formação profissional. O setor do ensino e formação técnico-profissional (EFTP) pode ser reforçado em termos de qualificações e formação do pessoal, dos recursos e dos conteúdos curriculares, para que se torne mais viável e atrativo para os estudantes e as empresas (Field, Musset e Alvarez-Galvan, 2014). A generalização de estágios como parte integrante dos programas de ensino nas faculdades e universidades de EFTP pode facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho.

Os governos podem também apoiar os empresários na criação de novos negócios. As reformas para aliviar os custos das atividades empresariais, para eliminar os obstáculos à concorrência em muitos setores e para facilitar a expansão das empresas na região contribuiriam para o aumento da produtividade e para a criação de emprego. A integração das PME em cadeias de valor locais pode aumentar a procura e as oportunidades de aprendizagem, para que os empresários desenvolvam os seus negócios. As políticas do lado da oferta podem, igualmente, reforçar as capacidades dos empresários nacionais, através da melhoria das competências de gestão, do acesso a financiamento e capital inicial, bem como do ambiente de negócios.

A concentração dos poucos recursos disponíveis num conjunto limitado de casos permite maximizar as hipóteses de impacto efetivo. Na África do Sul, em Angola, no Botswana e na Zâmbia, a maioria dos empresários está motivada por novas oportunidades de negócio. Identificar esses empresários e disponibilizar-lhes apoio específico é mais eficaz do que adotar medidas indiscriminadas. Em contrapartida, no Malawi e na Zâmbia, a falta de oportunidades de emprego no setor formal obrigou a maioria dos que procuram emprego a trabalharem por conta própria. Para os ajudar a regressar ao

mercado de trabalho, é necessário que as políticas de empreendedorismo se coordenem com as políticas de proteção social e de formação.

Os governos da África Austral devem gradualmente investir em sistemas de proteção social e mobilizar recursos domésticos

Os sistemas de segurança social são atualmente muito díspares na África Austral, refletindo os desafios e as estruturas económicas específicas de cada país. A África do Sul estabeleceu um sistema relativamente abrangente, com subsídios sociais para grupos vulneráveis, seguro de desemprego, programas de obras públicas e outras políticas sociais progressivas. Isto pretende responder às consequências do anterior regime de *apartheid*. Outros países da SADC implementaram eficazmente sistemas universais de pensões não-contributivas. Os países da África Austral não membros da SACU, pelo contrário, possuem sistemas de proteção social muito menores, devido a capacidades institucionais e orçamentais mais fracas, bem como à prevalência de trabalhadores agrícolas e do setor informal. Nos últimos anos, estes países conseguiram reduzir a pobreza através de programas de transferência monetária, mas os sistemas continuam a ser fragmentados e pouco articulados no geral.

Em todos os casos, o desenvolvimento de sistemas integrados de proteção social pode ajudar a garantir um nível básico de cobertura para todos. A expansão da cobertura é um desafio, mesmo em países com sistemas mais avançados. No Botswana, o sistema de proteção social engloba mais de 29 programas de 10 organismos públicos, em que muitos se sobrepõem. Apesar da existência de um sistema complexo e relativamente abrangente, 80% das crianças consideradas desfavorecidas segundo pelo menos uma dimensão da pobreza vive em agregados familiares que não recebem pensões estatais, nem outros tipos de assistência governamental (Social Policy Research Institute, 2017).

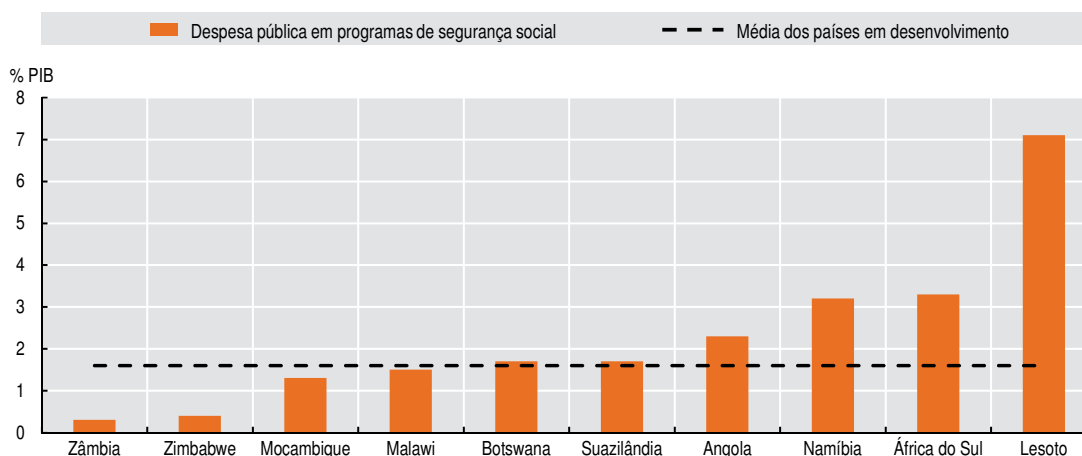
Os países da África Austral podem também aumentar a eficiência operacional, evitando duplicações e aproveitando sinergias entre os programas. No futuro próximo, os governos da região poderão não ter a folga orçamental necessária para alargar mais as despesas sociais, uma vez que os preços das matérias-primas não deverão regressar aos níveis elevados de meados dos anos 2000, sendo provável a continuação de um fraco crescimento. É importante, assim, melhorar a eficiência dos gastos sociais. A Zâmbia fê-lo através da definição de uma Política Nacional de Proteção Social, em 2014, que engloba os apoios sociais e a segurança social. A longo prazo, é necessário que os governos desenvolvam gradualmente os seus programas de apoios sociais, a segurança social e as políticas do mercado de trabalho de forma integrada.

A mobilização de receitas fiscais internas será fundamental para impulsionar as despesas de proteção social. A Figura 3.14 apresenta as despesas com programas de proteção social nos países da África Austral, excluindo a despesa com seguros sociais e programas dirigidos ao mercado de trabalho. O Lesoto, a África do Sul e a Namíbia têm tido um desempenho acima da média dos países em desenvolvimento. A Zâmbia e o Zimbábwe, pelo contrário, gastam menos de 0.5% do PIB em assistência social.

A Agenda 2063 da União Africana define o objetivo de aumentar a despesa pública em proteção social para 5%. Os governos deverão diversificar os seus esquemas de financiamento, de forma a aumentarem os seus orçamentos para a proteção social. O Malawi e a Zâmbia dependem principalmente do financiamento dos doadores nesta área. Em países dependentes dos recursos naturais, como Angola ou o Botswana, as rendas dos recursos representam entre 50% e 80% das receitas públicas (Ulriksen, 2013). No entanto, embora os rendimentos dos recursos possam fornecer um impulso imediato e incentivar

novos atores a participarem em esquemas voluntários, o financiamento dos sistemas de proteção social não pode depender unicamente das receitas provenientes dos recursos naturais, dada a sua volatilidade. O aumento da tributação direta é o instrumento mais importante a longo prazo, embora exija um investimento continuado nas capacidades administrativas e institucionais (OCDE, 2017d).

Figura 3.14. Despesa pública em programas de proteção social nos países da África Austral



Nota: A figura apresenta os dados do último ano disponível.

Fonte: Banco Mundial (2018), ASPIRE (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783247>

Anexo 3.A1. Tabelas estatísticas adicionais sobre a África Austral

Tabela 3.A1.1. Distribuição setorial do emprego nos países da África Austral

	Agricultura	Indústria	Serviços
África do Sul (2015)	5.6	23.9	70.5
Angola (2017)	28.7	21.5	49.7
Botswana (2010)	26.4	17.5	56
Lesoto (2008)	12.1	41.7	45.5
Malawi (2011)*	64.1	4.4	31.5
Moçambique (2012)*	33	14.4	52.6
Namíbia (2013)	31.4	14.4	54.2
Suazilândia (2011)*	7.9	43.5	48.6
Zâmbia (2012)	55.8	10.1	33.7
Zimbabwe (2014)	67.2	7.3	25.4

Fonte: Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e * Inquéritos Nacionais à Força de Trabalho.

Tabela 3.A1.2. Taxas de desemprego nos países da África Austral, 1991-2016

	Taxa nacional de desemprego *				Evolução 1991-2016
	1991	2000	2010	2016	
África do Sul	23.9	26.7	24.7	25.9	2.0
Angola	6.7	6.8	6.8	6.6	-0.2
Botswana	13.8	15.8	17.9	18.4	4.6
Lesoto	26.6	26.2	25.6	27.4	0.9
Malawi	6.9	7.4	6.5	6.7	-0.2
Moçambique	24.7	23.2	23.5	24.4	-0.3
Namíbia	19.0	20.3	22.1	25.6	6.6
Suazilândia	23.8	22.9	27.8	25.3	1.5
Zâmbia	18.9	12.9	10.8	7.5	-11.4
Zimbabwe	5.8	4.8	6.3	5.1	-0.7

Note: * Estimativa do Banco Mundial, a partir da metodologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fonte: Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Notas

1. O índice de Gini mede o grau de desvio entre a distribuição do rendimento dos indivíduos ou agregados familiares no seio de uma economia e uma distribuição totalmente equitativa. O índice vai de 0, no caso de uma “igualdade perfeita” (em que cada parcela da população obtém a mesma proporção de rendimento) até 100, no caso de uma “desigualdade perfeita” (em que a totalidade do rendimento vai para a parcela da população que possui o rendimento mais elevado)
2. O projeto “Commitment to Equity (CEQ)” é liderado por Nora Lustig desde 2008. É uma iniciativa do Center for Inter-American Policy and Research e do Departamento de Economia da Tulane University, do Center for Global Development e de Inter-American Dialogue. O projeto CEQ está sediado no Commitment to Equity Institute, em Tulane. Saiba mais em www.commitmenttoequity.org.
3. Os coeficientes de Gini na África do Sul e na Zâmbia baseiam-se em dados sobre receitas ou consumo, em anos que diferem dos apresentados nas secções anteriores (calculados com base nos dados da PovCal).
4. Cada país membro da SACU é comparado aos países que têm os três níveis superiores de rendimento per capita (em USD a preços constantes, média do período 2008-10) e com os três níveis imediatamente inferiores de rendimento per capita.

Bibliografia

- Altman, M. (2004), “The state of employment”, in J. Daniel, R. Southall e J. Lutchman (eds.), *State of the Nation 2004-2005*, HSRC Press, Cidade do Cabo, pp. 423-454.
- Anand, R., S. Kothari e N. Kumar (2016), *South Africa Labour Market Dynamics and Inequality*, Fundo Monetário Internacional.
- BAD et al. (2012), *Perspetivas Económicas em África 2012: Promoção do Emprego Jovem*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264177673-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2014), *Perspetivas Económicas em África 2014: As Cadeias de Valor Globais e a Industrialização de África*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264213005-4-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades Sustentáveis e Transformação Estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-5-pt>.
- Banco Mundial (2015a), *Botswana Poverty Assessment*, Report No. 88473-BW, Banco Mundial, Washington, DC, [PUBLIC-Box394819B.pdf](#).
- Banco Mundial (2015b), *Factory Southern Africa? SACU in Global Value Chains: Summary Report*, novembro de 2015, Banco Mundial, Washington, DC, <https://www.saiia.org.za/non-saiia-publications/969-2016-01-21-saiia-world-bank-factory-southern-africa-full-report/file>.
- Banco Mundial (2016), *Republic of Angola Poverty and Social Impact Analysis*, Report No. ACS19693, 22 de junho de 2016, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25105/ACS19693.pdf?sequence=4&isAllowed=y>.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <https://data.worldbank.org/products/wdi> (consultado em 1 de março de 2018).
- Banco Mundial (2017b), *PovcalNet* (base de dados), Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet> (consultado em 1 de março de 2018).
- Banco Mundial (2018), *ASPIRE* (base de dados), <http://datatopics.worldbank.org/aspire/indicator/social-expenditure> (consultado em 13 de março de 2018).
- Brixiová, Z., M. Ncube e Z. Bicaba (2015), “Skills and youth entrepreneurship in Africa: Analysis with evidence from Swaziland”, *World Development*, Vol. 67, pp. 11-26.
- Brynard, A. P. (2011), “The implementation of unemployment policies in South Africa”, *Journal of African Public Affairs*, Vol. 4(2).
- Bureau of Statistics (2008), *Lesotho Integrated Labour Force Survey Report for 2008*, Maseru, <http://catalog.ihns.org/index.php/catalog/4531/download/57895>.
- Chidede, T. (2017), “Intellectual property governance in Africa”, *Tralac trade brief* No. S17TB14/2017, julho de 2017.
- Conference Board (2017), *Total Economy Database*, <https://www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762> (accessed 31 January 2018).
- CSO (2015), *Labour Force Survey Report 2014*, Central Statistical Office, Governo da República da Zâmbia, Lusaca.
- Cuesta, J., P. Kabaso e P. Suarez-Becerra (2012), “How pro-poor and progressive is social spending in Zambia?”, *Policy Research Working Paper 6052*, abril de 2012, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/6054/WPS6052.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Danish Trade Union Council (2014), *Mozambique Market Profile*, Copenhaga.
- De La Fuente, A., M. Rosales e J. Jellema (2017), “The impact of fiscal policy on inequality and poverty in Zambia”, *Policy Research Working Paper*, No. 8246, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28907>.
- Department of Finance (1996), *Growth Employment and Redistribution: A Macroeconomic Strategy*, Departamento de Finanças, Pretória.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados), <https://wits.worldbank.org/> (consultado em 1 de fevereiro de 2018).
- Field, S., P. Musset e J. L. Alvarez-Galvan (2014), *A Skills Beyond School Review of South Africa*, Avaliações da OCDE sobre Educação e Formação Profissional, Publicações OCDE, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264223776-en>.
- FMI (2012), *Botswana Country Report*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, Fundo Monetário Internacional, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>.
- Fundira, T. (2018), “Informal cross-border trading – review of the simplified trade regimes in east and southern Africa”, *TRALAC Trade Brief* No. S18TB5/2018.

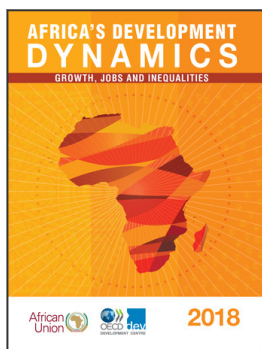
- Garcia, M. e C. Moore (2012), *The Cash Dividend : The Rise of Cash Transfer Programs in Sub-Saharan Africa*, Directions in Development, Banco Mundial, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2246>.
- GEM (2017), *South Africa 2016-2017 Report*, Global Entrepreneurship Monitor, <http://gemconsortium.org/report/49833>.
- Inchauste, G. et al. (2015), *The Distributional Impact of Fiscal Policy in South Africa*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Keeton, G. (2014), "Inequality in South Africa", *Journal of Helen Suzman Foundation*, Vol. 74.
- Kerr, A. (2018), "Job flows, worker flows and churning in South Africa", *South African Journal of Economics*, Vol. 86(S1), pp. 141-166.
- Kingdon, G. e J. Knight (2004), "Unemployment in South Africa: The nature of the beast", *World Development*, Vol. 32(3), pp. 391-408.
- Leibbrandt, M. e J. Levinsohn (2011), "Fifteen years on: Household incomes in South Africa", in *National Bureau of Economic Research Working Paper No. 16661*, National Bureau of Economic Research, Cambridge.
- Leibbrandt, M., A. Finn e I. Woolard (2012), "Describing and decomposing post-apartheid income inequality in South Africa", *Development Southern Africa*, Vol. 29(1), pp. 19-34.
- Leite, P.G., T. McKinley e R.G. Osorio (2006), *The Post-Apartheid Evolution of Earnings Inequality in South Africa, 1995-2004*, International Poverty Centre.
- Levine, R. e D. Renelt (1992), "A sensitivity analysis of cross-country growth regressions", *American Economic Review*, Vol. 82(4), pp. 942-963.
- Levinsohn, J. (2007), *Two Policies to Alleviate Unemployment in South Africa*, National Bureau of Economic Research, Cambridge.
- Maree, J. (2007), "Strategies for reducing unemployment in South Africa and the role of organized labour", paper apresentado na Conferência Labour and the Challenges of Development, Joanesburgo, 1-3 de abril de 2007.
- Mussa, R. (2015), *A Dangerous Divide: The State of Inequality in Malawi*, Oxfam, Lilongwe.
- Nattrass, N. (2001), "High productivity now: A critique of South Africa's growth strategy", *Transformation*, Vol. 45, pp. 1-24.
- OCDE (2017a), *OECD Economic Surveys: South Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-zaf-2017-en.
- OCDE (2017b), *Unlocking the Potential of Youth Entrepreneurship in Developing Countries: From Subsistence to Performance*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264277830-en>.
- OCDE (2017c), *Youth Aspirations and the Reality of Jobs in Developing Countries: Mind the Gap*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264285668-en>.
- OCDE (2017d), *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>.
- OCDE (2018a), *International Development Statistics (base de dados)*, www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm.
- OCDE (2018b), "Youth Well-being Policy Review of Malawi", Projeto de Inclusão dos Jovens UE-OCDE, Paris, <https://www.oecd.org/countries/malawi/Youth-well-being-policy-review-Malawi.pdf>.
- OIT (2017), *ILO Stat (base de dados)*, www.ilo.org/ilostat.
- Rodrik, D. (2016), "Premature deindustrialization", *Journal of Economic Growth*, Vol. 21(1), pp. 1-33.
- Romer, P.M. (1986), "Increasing returns and long-run growth", *Journal of Political Economy*, Vol. 94(5), pp. 1002-1037.
- SADC/OCDE (2017), *FDI-SME Linkages in Regional and Global Value Chains and the Development Dimension in SADC*, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, dezembro de 2017.
- Social Policy Research Institute (2017), *Profiling of Social Protection Beneficiaries in Botswana*, julho de 2017.
- Solow, R.M. (1956), "A contribution to the theory of economic growth", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 70(1), pp. 65-94.
- Streak, J. (2004), "The GEAR legacy: Did GEAR fail or move South Africa forward", *Development Southern Africa*, Vol. 21(2), pp. 271-288.
- The Economist (2012a), "Education in South Africa still dysfunctional: Standards still leave a lot to be desired", 21 de janeiro de 2012.
- Ulriksen, M. (2013), "The Politics of Social Protection Expenditure and Financing in Southern Africa", *Development Southern Africa*, Vol. 30(1), pp. 39-53, DOI: 10.1080/0376835X.2013.756097.

UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados), <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultado em 1 de março de 2018).

UNECA (2015), *Accelerating Industrialization in Southern Africa through Beneficiation and Value Addition*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba.

UNECA (2017), *Economic Report on Africa 2017*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba.

Zimstat (2014), *Zimbabwe Labour Force Survey*, Zimstat, Harare.



From:
Africa's Development Dynamics 2018
Growth, Jobs and Inequalities

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>

Please cite this chapter as:

African Union Commission/OECD (2018), “Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Austral”, in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/ African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-10-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.